

Notícias do dia 16 de dezembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 10

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Virada fiscal histórica para Goiás: adesão ao RRF está a um passo.....3

PORTAL DO AGRONEGÓCIO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

Seapa é primeiro lugar na Categoria II do prêmio Goiás Mais Transparente do Programa de Compliance Público do Governo de Goiás.....5

DIÁRIO EM TEMPO REAL - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Em fase final de votação, "PEC dos Aposentados" é destaque hoje.....7

AGÊNCIA CORA CORALINA DE NOTÍCIAS - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Governador Ronaldo Caiado cumpre agenda em Anápolis, nesta quinta (16).....9

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Em fase final de votação, PEC dos Aposentados é destaque hoje.....10

DIÁRIO EM TEMPO REAL - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Caiado cumpre agenda em Anápolis, nesta quinta-feira (16/12).....12

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Em fase final de votação, "PEC dos Aposentados" é destaque hoje.....13

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO

Em fase final de votação, "PEC dos Aposentados" é destaque hoje.....15

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Caiado cumpre agenda em Anápolis nesta quinta-feira (16).....17

PORTAL CALDAS NET - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Governador Ronaldo Caiado cumpre agenda em Anápolis, nesta quinta-feira (16/12).....18

Virada fiscal histórica para Goiás: adesão ao RRF está a um passo

"A entrada de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) agora só depende da assinatura do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, assinou o Plano de Recuperação Fiscal (PRF) goiano nesta terça-feira (14), e ligou para o governador **Ronaldo Caiado** (DEM) para dar a notícia e dizer que o Estado foi o único a conseguir o ingresso até o momento" A informação é da coluna Giro, em O Popular. A expectativa do **governo de Goiás** é de que Bolsonaro assine o plano até o dia 22 e que o Estado ingresse efetivamente no regime a partir de 3 de janeiro. Desde o início da gestão, em 2019, o Estado pleiteava o ingresso no RRF. Caiado já avaliou que será um passo especial, que "ficará ica marcada como a virada de Goiás". Segundo assegurou, "tenho certeza que em pouco anos vamos ser o 1º lugar do Brasil em termos de resultados".

Ao explicar o RRF, o governador diz que o programa é envolto em termos técnicos, mas deixou claro o que significa para os mais de 7,2 milhões de goianos. "Estamos trazendo Goiás para dentro da responsabilidade fiscal, que é fundamental para a população porque o Estado que respeita os critérios fiscais, repõe ao cidadão qualidade no serviço prestado na saúde, educação, segurança e programas sociais", afirmou.

"No momento que tivermos o ingresso isso vai significar que você cidadão vai continuar recebendo benefícios nas rodovias, escolas, policlínicas, hospitais.

Vai dar dignidade às pessoas. Isso é o importante hoje", acrescentou o governador.

Com o ingresso no RRF, o governo de Goiás também terá condições de promover concursos e, dessa forma, preencher funções que estavam vagas ou desativadas em virtude do Estado não poder realizar seleções.

"Teremos capacidade de conceder promoções e progressões, lógico, tudo dentro de um regramento", sublinhou. Outro benefício será a concessão da data-base para os servidores, mas como citou o governador haverá um padrão para todos os poderes e órgãos independentes, que é o balizador do reajuste pela inflação.

"Você não pode é extrapolar o teto, por isso vamos definir no texto tanto em investimento, quanto de gasto da máquina pública, tudo muito bem projetado, seguindo um único padrão, o reajuste pela inflação", ressaltou.

Caiado faz questão de dividir a vitória da adesão com vários entes, os quais ele classificou como fundamentais para atingir esse resultado. "Tudo ocorreu dentro de uma parceria com a Assembleia de Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, **Tribunal de Contas do Estado** e dos Municípios e a Defensoria Pública Estadual.

Todos trabalharam de forma uniforme para que pudéssemos atingir aqui essa vitória que se encerrou ontem com a votação no STF", exaltou.

Caiado: "Colocamos Goiás para dentro da responsabilidade fiscal, o Estado que respeita critérios fiscais E repõe ao cidadão qualidade nos serviços prestados"

Estado agora tem credibilidade

A adesão ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF "dá fôlego ao Estado", que só vinha funcionando graças à suspensão do pagamento do serviço da dívida, decorrente de liminares concedidas pelo STF a partir de junho de 2019. Agora, o Estado já poderá assinar o contrato de refinanciamento de dívidas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, no valor da dívida suspensa, que poderá alcançar R\$ 4 bilhões, com pagamento a partir de janeiro de 2022. O refinanciamento da dívida suspensa está de acordo com o artigo 23 da Lei Complementar (LC) 178, que vale para os estados que têm dívida suspensa judicialmente, e não somente para quem vai entrar no RRF.

Ela vai ter o mesmo tratamento que as dívidas que ficarão suspensas no futuro pelo RRF, que vão refinanciar em 360 meses (IPCA + 4% limitada à Selic). Até então, o **governo de Goiás**, por ter contraído empréstimos em dólares e ter estourado o teto na gestão passada, principalmente nas eleições em 2018, tinha como imposição fazer um pagamento de R\$ 3 bilhões anuais, cerca de R\$ 250 milhões por mês. "Nós vamos começar a pagar R\$ 400 milhões por ano, agora. Então isso mostra o quanto estamos

avanzando com o RRF. O Estado tem credibilidade e o que nós temos que fazer é não furar o teto", explicou o governador **Ronaldo Caiado**.

Nenhum governador reduziu tantas despesas como Caiado

Quando o governador **Ronaldo Caiado** assumiu, em 2019, havia mais de R\$ 1,5 bilhão em folha salarial não empenhada e não paga, restos a pagar da ordem de R\$ 3,1 bilhões, além da constante insuficiência de caixa, causada por persistente déficit estrutural, com despesas continuamente superiores às receitas.

Um caos financeiro, enfim, deixado pelos governos do PSDB.

Além disso, havia e ainda há alta rigidez das despesas estaduais, em que as obrigatórias, como folha salarial, duodécimos, serviço da dívida, precatórios, vinculações constitucionais, entre outras, comprometem quase toda a receita líquida do Tesouro Estadual.

Tal situação levou o **Governo de Goiás** a declarar situação de calamidade financeira, por meio do decreto nº 9.392, de 21 de janeiro de 2019, sendo tal situação reconhecida e aprovada pela Assembleia Legislativa. Posteriormente, em julho de 2019, o governador editou o decreto nº 9.481/2019, que prorrogou por 180 dias a declaração de situação de calamidade financeira reconhecida no documento nº 9.392/2019.

Para conseguir sanear as contas públicas, produzir um equilíbrio fiscal de longo prazo e manter o funcionamento da máquina pública no curtíssimo prazo, o Estado de Goiás pleiteou, desde 2019, o ingresso no RRF.

Além disso, buscou-se a melhoria da gestão, entre elas a gestão eficiente do gasto, com revisão de contratos e controle na despesa com custeio do Estado, em um cenário de turbulência e escassez de recursos financeiros, agravadas pela pandemia de Covid-19.

Essas ações resultaram no reconhecimento da gestão financeira responsável de Goiás, pela Secretaria do Tesouro Nacional como o Estado que mais reduziu despesas correntes liquidadas no Brasil até o 3º bimestre de 2020.

Também foram feitas ações para a redução do estoque de Restos a Pagar, por meio da Lei nº 20.932/2020, que autorizou a renegociação dos débitos inscritos em Restos a Pagar Processados, no âmbito da administração pública estadual, permitindo-

se parcelamento e renegociação por adesão, na qual os credores assumem concordar com o pagamento com desconto.

Site: <http://diariocentral.com.br/website/pdf/1141.pdf>

Seapa é primeiro lugar na Categoria II do prêmio Goiás Mais Transparente do Programa de Compliance Público do Governo de Goiás

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) foi um dos destaques do evento que celebrou, na quinta-feira (9/12), os melhores desempenhos no Programa de Compliance Público (PCP) do Estado de **Goiás** em 2021. Com 100% de atendimento aos requisitos do PCP, a Seapa ficou em primeiro lugar na Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas - do prêmio **Goiás** Mais Transparente, que avalia a adequação dos portais de Acesso à Informação às normas da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**. A Secretaria ficou ainda em nono lugar no prêmio Inovação em Transparência Pública, pelo programa Seapa em Campo.

O evento foi realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) e integrou a programação da Semana Internacional de Combate à Corrupção (SICC) - Edição 2021. Prestigiaram a cerimônia de entrega de prêmios o governador Ronaldo Caiado, o vice-presidente do TJGO, Zacarias Coelho, o **conselheiro** do **TCE-GO**, **Sebastião Tejota**, a subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Institucionais de **Goiás**, Laura Bueno, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, o titular da Seapa, Tiago Mendonça, e outros secretários e presidentes de autarquias, fundações e empresas, além de gestores e assessores das pastas estaduais.

Em seu discurso, o governador Ronaldo Caiado falou da importância do Programa de Compliance Público e o comparou à "medicina preventiva". Ele citou levantamento da **CGE** indicando que, por causa do PCP, o Governo de **Goiás** já economizou mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos. "Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado. "A cada dia que passa, a cada ano, o Compliance Público está sendo consolidado, está mais eficiente, chegando nas

pessoas. Já temos mais de 5 mil pessoas que fizeram cursos orientados pela **CGE**", completou.

O secretário Tiago Mendonça recebeu os prêmios em nome da equipe da Seapa. Ele atribuiu a conquista ao esforço conjunto realizado pela equipe da secretaria. "É um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2019 e envolveu a alta administração e servidores de todas as áreas para atender requisitos e promover a transparência da melhor maneira possível", lembrou. Mendonça sublinhou ainda a abertura da **CGE** para dialogar e ajudar os órgãos na adequação aos quatro eixos do PCP: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos.

Pela Seapa, também prestigiaram a cerimônia o superintendente de Gestão Integrada, Sérgio Borges, o superintendente de Produção Rural Sustentável, Donalvam Maia, e o analista de comunicação Renan Rigo, membro da Secretaria-Executiva do PCP/Seapa. "Ficamos felizes com o resultado porque ele mostra que, além de fazer as entregas, a Secretaria se preocupa em como fazer essas entregas", afirmou o superintendente Sérgio Borges. Para ele, o Programa de Compliance Público contribui muito com a gestão por prevenir problemas e estabelecer padrões. "Na Seapa, todas as superintendências estão com seus riscos mapeados, e as ações são avaliadas mensalmente pelo Comitê do PCP/Seapa, sob o comando do secretário e com a ajuda do nosso Controle Interno", explica.

O analista de comunicação Renan Rigo coordenou o trabalho de aprimoramento do portal de Acesso à Informação da Secretaria, reconhecido com o primeiro lugar na Categoria II do prêmio **Goiás** Mais Transparente. Segundo ele, este é um trabalho contínuo que não termina com a premiação. "A **CGE** e o **TCE** atualizam constantemente os requisitos de transparência e precisamos estar atentos às mudanças. É um trabalho a muitas mãos, e o foco é prestar um serviço cada vez melhor ao cidadão na área de transparência", definiu.

Outro destaque da Secretaria, o programa Seapa em Campo foi reconhecido com o nono lugar no prêmio Inovação em Transparência Pública por levar informações sobre os programas governamentais aos goianos que vivem nos municípios do interior e nas propriedades da zona rural. Com a iniciativa, o órgão alcança uma parcela do seu público-alvo que tem acesso precário a internet, telefonia e veículos convencionais de comunicação.

Durante o evento, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, fez um balanço dos três primeiros anos de vigência do Programa de Compliance Público do Estado de **Goiás**. No primeiro ano (2019), 21 órgãos aderiram ao PCP e a nota média foi de 61.83. No segundo ano, 38 órgãos participaram do programa e a nota média aumentou para 71.91. No terceiro (2021), 45 órgãos integraram a iniciativa e nota média chegou a 76.94. "O PCP está implantado em todos os órgãos do Governo de **Goiás**, isso não se repete em nenhuma outra unidade da Federação", ressaltou ele. Ziller lembrou ainda que o PCP previne o mau uso do dinheiro público e melhora o desempenho estatal. "Não trabalhamos por grandes mudanças pontuais, mas por inúmeras pequenas mudanças incrementais que vão qualificando a gestão como um todo", completou.

A cerimônia de entrega de prêmios do Programa de Compliance Público do Governo de **Goiás** foi transmitida pelo canal da **CGE** no Youtube. O vídeo está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=3HDv5H0vZpc>.

Site: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/politica-rural/governo/noticias/seapa-e-primeiro-lugar-na-categoria-ii-do-premio-goias-mais-transparente-do-programa-de-compliance-publico-do-governo-de-goias>

Em fase final de votação, "PEC dos Aposentados" é destaque hoje

Crédito: Valdir Araújo

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza nesta quinta-feira, 16, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 107 processos legislativos aptos à apreciação. Nas demais sessões realizadas durante a semana, os deputados promoveram debates que conduziram a votação de 13 processos, cinco deles em fase definitiva, sendo três assinados pela Governadoria e dois de autoria de deputados.

Para a reunião de hoje, a pauta traz 17 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 66 em fase de primeira apreciação, e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). De autoria do Poder Executivo, consta da pauta para segunda apreciação três projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), além de outros três processos para primeira votação.

Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020 e outros dois projetos de lei, sendo um originário do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)** em fase de primeira apreciação, e outro oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás (TJ-GO)** para votação definitiva.

Dentre os processos que serão submetidos à sua fase final de votação, destacam-se quatro propostas da Governadoria, dentre elas, a PEC que promove alterações nos descontos incidentes sobre a contribuição previdenciária das aposentadorias e pensões do estado e dos municípios. O texto foi protocolado na Casa sob nº 8606/21 .

Mediante a alteração do parágrafo 4º-A do artigo 101 da Constituição Estadual, o Governo de Ronaldo Caiado (DEM) pretende isentar aqueles que recebem proventos de até R\$ 3 mil da cobrança da alíquota dos 14,25%, atualmente previstos no Regime Próprio de Previdência Social do Estado . Os aposentados e pensionistas que recebem valores superiores ao montante citado foram excluídos do benefício e deverão continuar contribuindo com o referido percentual, hoje devido à **Goiás** Previdência

(Goiasprev).

A chamada "PEC dos Aposentados" acarretará, segundo explica o texto da proposta, na necessidade de novos aportes do Tesouro estadual para a cobertura da insuficiência do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Segundo o documento, a projeção da renúncia de receita anual será, em média, de R\$ 90.896.923,20. A proposta também admite a possibilidade de que, em caso de futuro déficit atuarial no RPPS, a contribuição volte a incidir sobre valores acima do salário mínimo.

Dessa forma, o ente estadual e os entes municipais poderão optar, em caso de déficit atuarial, pela adoção da medida prevista no parágrafo 1º-A do art. 149 da Constituição Federal ou do parágrafo 4º-A do art. 101 da Constituição Estadual. "Assim, a proposta atua como medida contra o engessamento da matéria tributária pela Constituição Estadual, porque faculta ao legislador comum estabelecer faixa de isenção de acordo com a realidade conjuntural que se buscar amparar".

Alterações no Código Tributário

Já no rol dos projetos de lei da Governadoria, em segunda fase de apreciação, está o processo nº 8995/21 , que altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás (CTE)**. O objetivo é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD).

Assim, o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades passa a ser penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas. A finalidade em adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás (CCE)** é o ajuste do texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim).

Saneamento Social

Também para votação definitiva está na pauta o

projeto que cria o Programa Goiano de Saneamento Social e autoriza a abertura de crédito especial para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A matéria tramita sob o processo legislativo nº 9258/21 .

portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: <https://diariotemporeal.com/94207-em-fase-final-de-votacao-pec-dos-aposentados-e-destaque-hoje/>

O objetivo é garantir o subsídio de até 80% da fatura de água, conforme critérios a serem propostos pela Saneago, aprovados e regulamentados pela **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**), às famílias residentes em **Goiás** em situação de vulnerabilidade econômica. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) será utilizado para a identificação e a caracterização das famílias.

Advogados autárquicos

Ainda de autoria do Poder Executivo, consta da pauta, para apreciação definitiva, o projeto nº 9268/21, que fixa o subsídio, o vencimento e o salário básico dos ocupantes de cargos e empregos públicos de advogados de autarquias estaduais.

Segundo o Executivo, o objetivo da propositura é regularizar o art. 3º da Lei Estadual nº 19.929, de 27 de dezembro de 2017, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.185 GO, com acórdão publicado em 25 de fevereiro de 2021.

A regularização proposta evitará que os servidores das referidas categorias sejam prejudicados em decorrência da decisão do STF.

Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano. Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 16, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (

Governador Ronaldo Caiado cumpre agenda em Anápolis, nesta quinta (16)

Márcia Fabiana

O governador Ronaldo Caiado participa, nesta quinta (16/12), às 19h, da cerimônia de formatura dos alunos do Colégio Estadual da Polícia Militar (CEPMG) Dr. César Toledo, em Anápolis. A turma de formandos conta com 461 concluintes da 3ª série do Ensino Médio. O evento será realizado no estádio municipal Jonas Duarte, localizado no Conjunto Raúl Balduino.

Em seguida, às 20h, Caiado marca presença na cerimônia de entrega da comenda Henrique Santillo, honraria conferida pela Câmara de Vereadores do município. Anapolino, Caiado é um dos condecorados da noite, com homenagens a mais 27 personalidades de diversas áreas de atuação, em reconhecimento aos serviços prestados ao município e aos cidadãos. A solenidade será realizada no Centro Cultural São Francisco de Assis e terá transmissão ao vivo pelo canal da TV Câmara Anápolis no YouTube (www.youtube.com/camaraanapolis).

A destinação da comenda é direcionada pela indicação dos vereadores e pela Mesa Diretora do Poder Legislativo de Anápolis. A honraria, instituída em 2004, reverencia o médico radicado em Goiás, Henrique Santillo. Destaque na política no Brasil, ocupou funções como vereador, prefeito, deputado estadual, senador, governador, ministro da Saúde, secretário da Saúde de Goiás e conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Santillo faleceu em 25 de junho de 2002.

Além do governador, os homenageados neste ano serão: Adenilton Coelho de Souza, Adriano Antônio Avelar, Albenzio Antônio Vento Filho, Álvaro Otávio Dantas Maia, Ana Cláudia Pereira, Carla Brant Sebba Roriz, Célio Antônio da Silveira, Celso Candido de Souza, Daiene Holanda Ferreira, Dídimo de Oliveira Costa, Edson Geraldo Garcia, Eugênio Barbosa Lourenço Dias, Geraldo Braga, José Mário Schreiner, Jossele Clauber César, Karim Nicolas Kozak, Kleiton Carlos Assis Lemos, Lídia Coelho Magalhães Lima, Luís Cláudio da Fonseca Bragança Pinheiro, Marli Eterna de Oliveira, Paulo Henrique Rodrigues Pedro, Roberson Guimarães, Sérgio Fernandes de Moraes, Venceslau Bizinoto, Vitor Hugo de Araújo Almeida, Vivian Cristina Albernaz Tanus Naves e Washington Cleyber de Oliveira.

Serviço

Assunto: Governador Ronaldo Caiado cumpre agenda em Anápolis

Quando: Quinta-feira (16/12)

Programação

19h: Solenidade de formatura de alunos do Colégio Estadual da Polícia Militar (CEPMG) Dr. César Toledo

Onde: Estádio Municipal Jonas Duarte - Av. Brasil, S/N, Conjunto Raúl Balduino, Anápolis (GO)

20h: Entrega da comenda Henrique Santillo conferida pela Câmara Municipal de Anápolis

Onde: Centro Cultural São Francisco de Assis - Avenida Pinheiro Chagas, nº 500, Bairro Jundiá, Anápolis (GO)

Site: <https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/35031-governador-ronaldo-caiado-cumpre-agenda-em-anapolis-nesta-quinta-16>

Em fase final de votação, PEC dos Aposentados é destaque hoje

A pauta da sessão ordinária desta 5ª-feira, 16, tem 107 processos legislativos aptos à apreciação dos deputados. Um dos destaques é a PEC que promove alterações nos descontos sobre a contribuição previdenciária das aposentadorias e pensões do estado e dos municípios. Sessão será transmitida ao vivo pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), no site (portal.al.go.leg.br) e no canal do Youtube.

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza nesta quinta-feira, 16, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 107 processos legislativos aptos à apreciação. Nas demais sessões realizadas durante a semana, os deputados promoveram debates que conduziram a votação de 13 processos, cinco deles em fase definitiva, sendo três assinados pela Governadoria e dois de autoria de deputados.

Para a reunião de hoje, a pauta traz 17 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 66 em fase de primeira apreciação, e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). De autoria do Poder Executivo, consta da pauta para segunda apreciação três projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), além de outros três processos para primeira votação.

Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020 e outros dois projetos de lei, sendo um originário do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)** em fase de primeira apreciação, e outro oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás (TJ-GO)** para votação definitiva.

Dentre os processos que serão submetidos à sua fase final de votação, destacam-se quatro propostas da Governadoria, dentre elas, a PEC que promove alterações nos descontos incidentes sobre a contribuição previdenciária das aposentadorias e pensões do estado e dos municípios. O texto foi protocolado na Casa sob nº 8606/21 .

Mediante a alteração do parágrafo 4º-A do artigo 101 da Constituição Estadual, o Governo de Ronaldo

Caiado (DEM) pretende isentar aqueles que recebem proventos de até R\$ 3 mil da cobrança da alíquota dos 14,25%, atualmente previstos no Regime Próprio de Previdência Social do Estado . Os aposentados e pensionistas que recebem valores superiores ao montante citado foram excluídos do benefício e deverão continuar contribuindo com o referido percentual, hoje devido à **Goiás** Previdência (Goiasprev).

A chamada "PEC dos Aposentados" acarretará, segundo explica o texto da proposta, na necessidade de novos aportes do Tesouro estadual para a cobertura da insuficiência do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Segundo o documento, a projeção da renúncia de receita anual será, em média, de R\$ 90.896.923,20. A proposta também admite a possibilidade de que, em caso de futuro déficit atuarial no RPPS, a contribuição volte a incidir sobre valores acima do salário mínimo.

Dessa forma, o ente estadual e os entes municipais poderão optar, em caso de déficit atuarial, pela adoção da medida prevista no parágrafo 1º-A do art. 149 da Constituição Federal ou do parágrafo 4º-A do art. 101 da Constituição Estadual. Assim, a proposta atua como medida contra o engessamento da matéria tributária pela Constituição Estadual, porque faculta ao legislador comum estabelecer faixa de isenção de acordo com a realidade conjuntural que se buscar amparar".

Alterações no Código Tributário

Já no rol dos projetos de lei da Governadoria, em segunda fase de apreciação, está o processo nº 8995/21 , que altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás (CTE)**. O objetivo é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD).

Assim, o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades passa a ser penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas. A finalidade em adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás (CCE)** é o ajuste do texto legal às

situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim).

Saneamento Social

Também para votação definitiva está na pauta o projeto que cria o Programa Goiano de Saneamento Social e autoriza a abertura de crédito especial para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A matéria tramita sob o processo legislativo nº 9258/21 .

O objetivo é garantir o subsídio de até 80% da fatura de água, conforme critérios a serem propostos pela Saneago, aprovados e regulamentados pela **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**), às famílias residentes em **Goiás** em situação de vulnerabilidade econômica. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) será utilizado para a identificação e a caracterização das famílias.

Advogados autárquicos

Ainda de autoria do Poder Executivo, consta da pauta, para apreciação definitiva, o projeto nº 9268/21 que fixa o subsídio, o vencimento e o salário básico dos ocupantes de cargos e empregos públicos de advogados de autarquias estaduais.

Segundo o Executivo, o objetivo da propositura é regularizar o art. 3º da Lei Estadual nº 19.929, de 27 de dezembro de 2017, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.185 GO, com acórdão publicado em 25 de fevereiro de 2021.

A regularização proposta evitará que os servidores das referidas categorias sejam prejudicados em decorrência da decisão do STF.

Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano. Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 16, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares;

Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/122517/em-fase-final-de-votacao-pec-dos-aposentados-e-destaque-hoje>

Caiado cumpre agenda em Anápolis, nesta quinta-feira (16/12)

O governador Ronaldo Caiado participa, nesta quinta (16/12), às 19h, da cerimônia de formatura dos alunos do Colégio Estadual da Polícia Militar (CEPMG) Dr. César Toledo, em Anápolis. A turma de formandos conta com 461 concluintes da 3ª série do Ensino Médio. O evento será realizado no estádio municipal Jonas Duarte, localizado no Conjunto Raúl Balduino.

Em seguida, às 20h, Caiado marca presença na cerimônia de entrega da comenda Henrique Santillo, honraria conferida pela Câmara de Vereadores do município. Anapolino, Caiado é um dos condecorados da noite, com homenagens a mais 27 personalidades de diversas áreas de atuação, em reconhecimento aos serviços prestados ao município e aos cidadãos. A solenidade será realizada no Centro Cultural São Francisco de Assis e terá transmissão ao vivo pelo canal da TV Câmara Anápolis no YouTube (www.youtube.com/camaraanapolis).

A destinação da comenda é direcionada pela indicação dos vereadores e pela Mesa Diretora do Poder Legislativo de Anápolis. A honraria, instituída em 2004, reverencia o médico radicado em Goiás, Henrique Santillo. Destaque na política no Brasil, ocupou funções como vereador, prefeito, deputado estadual, senador, governador, ministro da Saúde, secretário da Saúde de Goiás e conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Santillo faleceu em 25 de junho de 2002.

Além do governador, os homenageados neste ano serão: Adenilton Coelho de Souza, Adriano Antônio Avelar, Albenzio Antônio Vento Filho, Álvaro Otávio Dantas Maia, Ana Cláudia Pereira, Carla Brant Sebba Roriz, Célio Antônio da Silveira, Celso Candido de Souza, Daiene Holanda Ferreira, Dídimo de Oliveira Costa, Edson Geraldo Garcia, Eugênio Barbosa Lourenço Dias, Geraldo Braga, José Mário Schreiner, Jossele Clauber César, Karim Nicolas Kozak, Kleiton Carlos Assis Lemos, Lídia Coelho Magalhães Lima, Luís Cláudio da Fonseca Bragança Pinheiro, Marli Eterna de Oliveira, Paulo Henrique Rodrigues Pedro, Roberson Guimarães, Sérgio Fernandes de Moraes, Venceslau Bizinoto, Vitor Hugo de Araújo Almeida, Vivian Cristina Albernaz Tanus Naves e Washington Cleyber de Oliveira.

Site: <https://diariotemporeal.com/94175-caiado-cumpre-agenda-em-anapolis-nesta-quinta-feira-16-12/>

Em fase final de votação, "PEC dos Aposentados" é destaque hoje

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza nesta quinta-feira, 16, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 107 processos legislativos aptos à apreciação. Nas demais sessões realizadas durante a semana, os deputados promoveram debates que conduziram a votação de 13 processos, cinco deles em fase definitiva, sendo três assinados pela Governadoria e dois de autoria de deputados.

Para a reunião de hoje, a pauta traz 17 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 66 em fase de primeira apreciação, e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). De autoria do Poder Executivo, consta da pauta para segunda apreciação três projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), além de outros três processos para primeira votação.

Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020 e outros dois projetos de lei, sendo um originário do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)** em fase de primeira apreciação, e outro oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás (TJ-GO)** para votação definitiva.

Dentre os processos que serão submetidos à sua fase final de votação, destacam-se quatro propostas da Governadoria, dentre elas, a PEC que promove alterações nos descontos incidentes sobre a contribuição previdenciária das aposentadorias e pensões do estado e dos municípios. O texto foi protocolado na Casa sob nº 8606/21 .

Mediante a alteração do parágrafo 4º-A do artigo 101 da Constituição Estadual, o Governo de Ronaldo Caiado (DEM) pretende isentar aqueles que recebem proventos de até R\$ 3 mil da cobrança da alíquota dos 14,25%, atualmente previstos no Regime Próprio de Previdência Social do Estado . Os aposentados e pensionistas que recebem valores superiores ao montante citado foram excluídos do benefício e deverão continuar contribuindo com o referido porcentual, hoje devido à **Goiás** Previdência (Goiasprev).

A chamada "PEC dos Aposentados" acarretará, segundo explica o texto da proposta, na necessidade de novos aportes do Tesouro estadual para a cobertura da insuficiência do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Segundo o documento, a projeção da renúncia de receita anual será, em média, de R\$ 90.896.923,20. A proposta também admite a possibilidade de que, em caso de futuro déficit atuarial no RPPS, a contribuição volte a incidir sobre valores acima do salário mínimo.

Dessa forma, o ente estadual e os entes municipais poderão optar, em caso de déficit atuarial, pela adoção da medida prevista no parágrafo 1º-A do art. 149 da Constituição Federal ou do parágrafo 4º-A do art. 101 da Constituição Estadual. "Assim, a proposta atua como medida contra o engessamento da matéria tributária pela Constituição Estadual, porque faculta ao legislador comum estabelecer faixa de isenção de acordo com a realidade conjuntural que se buscar amparar".

Alterações no Código Tributário

Já no rol dos projetos de lei da Governadoria, em segunda fase de apreciação, está o processo nº 8995/21 , que altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás (CTE)**. O objetivo é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD).

Assim, o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades passa a ser penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas. A finalidade em adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás (CCE)** é o ajuste do texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim).

Saneamento Social

Também para votação definitiva está na pauta o projeto que cria o Programa Goiano de Saneamento Social e autoriza a abertura de crédito especial para a

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A matéria tramita sob o processo legislativo nº 9258/21 .

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/em-fase-final-de-votacao-pec-dos-aposentados-e-destaque-hoje/>

O objetivo é garantir o subsídio de até 80% da fatura de água, conforme critérios a serem propostos pela Saneago, aprovados e regulamentados pela **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**), às famílias residentes em **Goiás** em situação de vulnerabilidade econômica. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) será utilizado para a identificação e a caracterização das famílias.

Advogados autárquicos

Ainda de autoria do Poder Executivo, consta da pauta, para apreciação definitiva, o projeto nº 9268/21 que fixa o subsídio, o vencimento e o salário básico dos ocupantes de cargos e empregos públicos de advogados de autarquias estaduais.

Segundo o Executivo, o objetivo da propositura é regularizar o art. 3º da Lei Estadual nº 19.929, de 27 de dezembro de 2017, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.185 GO, com acórdão publicado em 25 de fevereiro de 2021.

A regularização proposta evitará que os servidores das referidas categorias sejam prejudicados em decorrência da decisão do STF.

Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano. Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 16, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Em fase final de votação, "PEC dos Aposentados" é destaque hoje

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza nesta quinta-feira, 16, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 107 processos legislativos aptos à apreciação. Nas demais sessões realizadas durante a semana, os deputados promoveram debates que conduziram a votação de 13 processos, cinco deles em fase definitiva, sendo três assinados pela Governadoria e dois de autoria de deputados.

Para a reunião de hoje, a pauta traz 17 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 66 em fase de primeira apreciação, e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). De autoria do Poder Executivo, consta da pauta para segunda apreciação três projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), além de outros três processos para primeira votação.

Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020 e outros dois projetos de lei, sendo um originário do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)** em fase de primeira apreciação, e outro oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás (TJ-GO)** para votação definitiva.

Dentre os processos que serão submetidos à sua fase final de votação, destacam-se quatro propostas da Governadoria, dentre elas, a PEC que promove alterações nos descontos incidentes sobre a contribuição previdenciária das aposentadorias e pensões do estado e dos municípios. O texto foi protocolado na Casa sob nº 8606/21 .

Mediante a alteração do parágrafo 4º-A do artigo 101 da Constituição Estadual, o Governo de Ronaldo Caiado (DEM) pretende isentar aqueles que recebem proventos de até R\$ 3 mil da cobrança da alíquota dos 14,25%, atualmente previstos no Regime Próprio de Previdência Social do Estado . Os aposentados e pensionistas que recebem valores superiores ao montante citado foram excluídos do benefício e deverão continuar contribuindo com o referido percentual, hoje devido à **Goiás** Previdência

(GoiaspPrev).

A chamada "PEC dos Aposentados" acarretará, segundo explica o texto da proposta, na necessidade de novos aportes do Tesouro estadual para a cobertura da insuficiência do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Segundo o documento, a projeção da renúncia de receita anual será, em média, de R\$ 90.896.923,20. A proposta também admite a possibilidade de que, em caso de futuro déficit atuarial no RPPS, a contribuição volte a incidir sobre valores acima do salário mínimo.

Dessa forma, o ente estadual e os entes municipais poderão optar, em caso de déficit atuarial, pela adoção da medida prevista no parágrafo 1º-A do art. 149 da Constituição Federal ou do parágrafo 4º-A do art. 101 da Constituição Estadual. "Assim, a proposta atua como medida contra o engessamento da matéria tributária pela Constituição Estadual, porque faculta ao legislador comum estabelecer faixa de isenção de acordo com a realidade conjuntural que se buscar amparar".

Alterações no Código Tributário

Já no rol dos projetos de lei da Governadoria, em segunda fase de apreciação, está o processo nº 8995/21 , que altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás (CTE)**. O objetivo é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD).

Assim, o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades passa a ser penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas. A finalidade em adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás (CCE)** é o ajuste do texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim).

Saneamento Social

Também para votação definitiva está na pauta o

projeto que cria o Programa Goiano de Saneamento Social e autoriza a abertura de crédito especial para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A matéria tramita sob o processo legislativo nº 9258/21 .

portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: <https://www.gazetaplay.com.br/em-fase-final-de-votacao-pec-dos-aposentados-e-destaque-hoje/>

O objetivo é garantir o subsídio de até 80% da fatura de água, conforme critérios a serem propostos pela Saneago, aprovados e regulamentados pela **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**), às famílias residentes em **Goiás** em situação de vulnerabilidade econômica. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) será utilizado para a identificação e a caracterização das famílias.

Advogados autárquicos

Ainda de autoria do Poder Executivo, consta da pauta, para apreciação definitiva, o projeto nº 9268/21 que fixa o subsídio, o vencimento e o salário básico dos ocupantes de cargos e empregos públicos de advogados de autarquias estaduais.

Segundo o Executivo, o objetivo da propositura é regularizar o art. 3º da Lei Estadual nº 19.929, de 27 de dezembro de 2017, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.185 GO, com acórdão publicado em 25 de fevereiro de 2021.

A regularização proposta evitará que os servidores das referidas categorias sejam prejudicados em decorrência da decisão do STF.

Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano. Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 16, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (

Caiado cumpre agenda em Anápolis nesta quinta-feira (16)

O governador Ronaldo Caiado participa, nesta quinta (16/12), às 19h, da cerimônia de formatura dos alunos do Colégio Estadual da Polícia Militar (CEPMG) Dr. César Toledo, em Anápolis. A turma de formandos conta com 461 concluintes da 3ª série do Ensino Médio. O evento será realizado no estádio municipal Jonas Duarte, localizado no Conjunto Raúl Balduino.

Em seguida, às 20h, Caiado marca presença na cerimônia de entrega da comenda Henrique Santillo, honraria conferida pela Câmara de Vereadores do município. Anapolino, Caiado é um dos condecorados da noite, com homenagens a mais 27 personalidades de diversas áreas de atuação, em reconhecimento aos serviços prestados ao município e aos cidadãos. A solenidade será realizada no Centro Cultural São Francisco de Assis e terá transmissão ao vivo pelo canal da TV Câmara Anápolis no YouTube (www.youtube.com/camaraanapolis).

A destinação da comenda é direcionada pela indicação dos vereadores e pela Mesa Diretora do Poder Legislativo de Anápolis. A honraria, instituída em 2004, reverencia o médico radicado em Goiás, Henrique Santillo. Destaque na política no Brasil, ocupou funções como vereador, prefeito, deputado estadual, senador, governador, ministro da Saúde, secretário da Saúde de Goiás e conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Santillo faleceu em 25 de junho de 2002.

Além do governador, os homenageados neste ano serão: Adenilton Coelho de Souza, Adriano Antônio Avelar, Albenzio Antônio Vento Filho, Álvaro Otávio Dantas Maia, Ana Cláudia Pereira, Carla Brant Sebba Roriz, Célio Antônio da Silveira, Celso Candido de Souza, Daiene Holanda Ferreira, Dídimo de Oliveira Costa, Edson Geraldo Garcia, Eugênio Barbosa Lourenço Dias, Geraldo Braga, José Mário Schreiner, Jossele Clauber César, Karim Nicolas Kozak, Kleiton Carlos Assis Lemos, Lídia Coelho Magalhães Lima, Luís Cláudio da Fonseca Bragança Pinheiro, Marli Eterna de Oliveira, Paulo Henrique Rodrigues Pedro, Roberson Guimarães, Sérgio Fernandes de Moraes, Venceslau Bizinoto, Vitor Hugo de Araújo Almeida, Vivian Cristina Albernaz Tanus Naves e Washington Cleyber de Oliveira.

Site: <https://goias24horas.com.br/175667-caiado-cumpra-agenda-em-anapolis-nesta-quinta-feira-16/>

Governador Ronaldo Caiado cumpre agenda em Anápolis, nesta quinta-feira (16/12)

O governador Ronaldo Caiado participa, nesta quinta (16/12), às 19h, da cerimônia de formatura dos alunos do Colégio Estadual da Polícia Militar (CEPMG) Dr. César Toledo, em Anápolis. A turma de formandos conta com 461 concluintes da 3ª série do Ensino Médio. O evento será realizado no estádio municipal Jonas Duarte, localizado no Conjunto Raúl Balduino.

Em seguida, às 20h, Caiado marca presença na cerimônia de entrega da comenda Henrique Santillo, honraria conferida pela Câmara de Vereadores do município. Anapolino, Caiado é um dos condecorados da noite, com homenagens a mais 27 personalidades de diversas áreas de atuação, em reconhecimento aos serviços prestados ao município e aos cidadãos. A solenidade será realizada no Centro Cultural São Francisco de Assis e terá transmissão ao vivo pelo canal da TV Câmara Anápolis no YouTube (www.youtube.com/camaraanapolis).

A destinação da comenda é direcionada pela indicação dos vereadores e pela Mesa Diretora do Poder Legislativo de Anápolis. A honraria, instituída em 2004, reverencia o médico radicado em Goiás, Henrique Santillo. Destaque na política no Brasil, ocupou funções como vereador, prefeito, deputado estadual, senador, governador, ministro da Saúde, secretário da Saúde de Goiás e conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Santillo faleceu em 25 de junho de 2002.

Além do governador, os homenageados neste ano serão: Adenilton Coelho de Souza, Adriano Antônio Avelar, Albenzio Antônio Vento Filho, Álvaro Otávio Dantas Maia, Ana Cláudia Pereira, Carla Brant Sebba Roriz, Célio Antônio da Silveira, Celso Candido de Souza, Daiene Holanda Ferreira, Dídimo de Oliveira Costa, Edson Geraldo Garcia, Eugênio Barbosa Lourenço Dias, Geraldo Braga, José Mário Schreiner, Jossele Clauber César, Karim Nicolas Kozak, Kleiton Carlos Assis Lemos, Lídia Coelho Magalhães Lima, Luís Cláudio da Fonseca Bragança Pinheiro, Marli Eterna de Oliveira, Paulo Henrique Rodrigues Pedro, Roberson Guimarães, Sérgio Fernandes de Moraes, Venceslau Bizinoto, Vitor Hugo de Araújo Almeida, Vivian Cristina Albernaz Tanus Naves e Washington Cleyber de Oliveira.

Site: <https://caldasnet.com.br/ultimas-noticias/governador-ronaldo-caiado-cumpre-agenda-em->



anapolis-nesta-quinta-feira-16-12/